

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de agosto de 2024 às 08h06
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

OpenAI fecha acordo com Condé Nast, dona da Vogue, para treinar suas IAs	4
---	----------

SABRINA BRITO

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Direitos Autorais

Anthropic é acusada de treinar sua IA, Claude, com cópias piratas de livros	5
--	----------

LINK

Correio Braziliense - Online | BR

Direitos Autorais

Produtores de eventos não precisam mais pagar ECAD. Entenda	7
--	----------

DIVERSÃO E ARTE | MARCELO DE ASSIS

Folha.com | BR

Marco regulatório | INPI

Café na Prensa: Café do cerrado mineiro tenta fortalecer marca com jovens agricultores focados em qualidade	8
--	----------

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | DAVID LUCENA

IstoÉ Online | BR

Direitos Autorais

Genro de Silvio Santos é condenado por uso indevido de músicas de Beth Carvalho	10
--	-----------

AUTOR

Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

Natureza jurídica do uso do Tio Patinhas: cessão de direito autoral ou cessão de marca?	11
--	-----------

Sebrae Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Primeira Indicação Geográfica para território de comunidades quilombolas é concedida	14
---	-----------

Migalhas | BR

Patentes

MIGALHAS nº 5.919	16
--------------------------------	-----------

AMANHECIDAS

Shein acusa Temu de copiar produtos e se passar por ela em anúncios	23
IGOR ALMENARA CARNEIRO	

OpenAI fecha acordo com Condé Nast, dona da Vogue, para treinar suas IAs

Trato é uma forma de evitar processos judiciais por violação de **direitos** autorais no futuro

A OpenAI acaba de fechar mais uma parceria para treinar a sua inteligência artificial. O acordo, firmado com a Condé Nast, permitirá que a empresa de Sam Altman utilize o conteúdo das propriedades da companhia de mídia - que incluem nomes como Vogue, New Yorker e Vanity Fair.

O acordo é válido por vários anos, segundo o site The Wired, que publicou a notícia nesta terça-feira, 20.

Dessa forma, a OpenAI terá a possibilidade de usar matérias desses veículos para treinar o ChatGPT e o protótipo do SearchGPT. De acordo com o CEO da Condé Nast, Roger Lynch, a parceria faz com que, ao contrário do que normalmente ocorre, uma empresa de tecnologia ajude uma editora a ganhar dinheiro, permitindo que a companhia possa proteger e investir no jornalismo.

"É crucial que encontremos o público onde ele está e abracemos novas tecnologias enquanto garantimos atribuição e compensação adequadas para o uso de

nossa propriedade intelectual", afirmou Roger Lynch em um e-mail enviado à própria empresa.

Não se trata do primeiro acordo firmado pela OpenAI com o objetivo de treinar os seus modelos de inteligência artificial. Plataformas como o Reddit e veículos como a revista Time e o The Atlantic já têm tratos com a empresa de Sam Altman.

Criadores de conteúdo têm apontado que o uso de suas obras para treinamento de IA sem autorização representa uma violação de **direitos** autorais. Como forma de resposta, a OpenAI vem investindo em acordos de licenciamento.

Portanto, com esse tipo de pacto, a empresa tenta evitar processos e problemas jurídicos ligados ao uso de dados de sites, jornais, revistas e outras fontes de informação para aplicar às suas IAs.

Hoje, a OpenAI e a Microsoft enfrentam um processo de violação de **direitos** autorais iniciado pelo jornal New York Times. Outros veículos, a exemplo do New York Daily News e do The Intercept, também contam com processos parecidos.

Anthropic é acusada de treinar sua IA, Claude, com cópias piratas de livros

LINK



Ação judicial foi movida por um trio de escritores dos EUA que estão tentando representar uma classe de autores de ficção e não-ficção em situação semelhante

Um grupo de autores está processando a startup de inteligência artificial (IA), Anthropic, alegando que ela cometeu "roubo em grande escala" ao treinar seu popular chatbot Claude com cópias piratas de livros protegidos por **direitos** autorais.

Embora processos semelhantes tenham se acumulado por mais de um ano contra a concorrente OpenAI, fabricante do ChatGPT, este é o primeiro processo movido por escritores contra a Anthropic e seu chatbot Claude.

Anthropic enfrenta processo judicial pelo método de treinamento de sua IA Foto: Richard Drew/APA empresa menor, sediada em São Francisco - fundada por ex-líderes da OpenAI - tem se apresentado como a desenvolvedora mais responsável e focada na segurança de modelos de IA generativa que podem escrever e-mails, resumir documentos e interagir com as pessoas de forma natural.

Mas a ação judicial apresentada na segunda-feira, 19, em um tribunal federal em São Francisco, nos EUA, alega que as ações da Anthropic "ridicularizaram seus objetivos grandiosos" ao utilizar repositórios de textos piratas para criar seu produto de IA.

"Não é exagero dizer que o modelo da Anthropic busca lucrar com a extração da expressão humana e da engenhosidade por trás de cada uma dessas obras", diz o processo.

A Anthropic não respondeu imediatamente a um pedido de comentário da revista Fortune na segunda-feira.

A ação judicial foi movida por um trio de escritores - Andrea Bartz, Charles Graeber e Kirk Wallace Johnson - que estão tentando representar uma classe de autores de ficção e não-ficção em situação semelhante.

Embora seja o primeiro processo contra a Anthropic movido por autores de livros, a empresa também está lutando contra um processo movido por grandes editoras de música, alegando que Claude regurgita as letras de músicas protegidas por **direitos** autorais.

O caso dos autores se junta a um número crescente de ações judiciais movidas contra desenvolvedores de modelos de linguagem de IA de grande porte em São Francisco e Nova York.

A OpenAI e sua parceira de negócios, a Microsoft, já estão lutando contra um grupo de processos de violação de **direitos** autorais liderados por nomes conhecidos como John Grisham, Jodi Picoult e o romancista de "Game of Thrones", George R. R. Martin; e outro conjunto de processos de veículos de mídia como os jornais The New York Times, Chicago Tribune e a revista Mother Jones.

O que une todos os casos é a alegação de que as empresas de tecnologia ingeriram grandes quantidades de textos humanos para treinar chatbots de IA a produzir passagens de texto semelhantes às humanas, sem obter permissão ou compensar as pessoas que es-

Continuação: Anthropic é acusada de treinar sua IA, Claude, com cópias piratas de livros

creveram as obras originais. Os desafios legais não vêm apenas de escritores, mas também de artistas visuais, gravadoras de música e outros criadores que alegam que os lucros da IA geradora foram construídos com base na apropriação indevida.

A Anthropic e outras empresas de tecnologia argumentaram que o treinamento de modelos de IA se enquadra na doutrina de "uso justo" das leis dos EUA, que permite usos limitados de materiais protegidos por **direitos** autorais, como para ensino, pesquisa ou transformação do trabalho protegido por **direitos** autorais em algo diferente.

Mas o processo contra a Anthropic a acusa de usar um conjunto de dados chamado The Pile, que incluía uma grande quantidade de livros piratas. Ela também contesta a ideia de que os sistemas de IA estão aprendendo da mesma forma que os humanos.

"Os seres humanos que aprendem com os livros compram cópias legais deles ou os emprestam de bibliotecas que os comprem, fornecendo pelo menos alguma compensação aos autores e criadores", diz o processo.

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. em nossa Política de IA.

c.2024 Fortune Media IP Limited

Distribuído por The New York Times Licensing Group

Comentários Os comentários são exclusivos para assinantes do Estadão.

Produtores de eventos não precisam mais pagar ECAD. Entenda

DIVERSÃO E ARTE



Custo do pagamento de **direitos** autorais sobre a execução de músicas pesa no orçamento de produções

Pagar o ECAD é mais um dos custos que os produtores de eventos conhecem bem. Além de todos os gastos que envolvem a realização de uma produção - como divulgação, contratação de artistas e técnicos, staff, transporte, rider de som e luz, aluguel do espaço, etc. -, quem produz eventos sabe que também terá que ficar em dia com a Lei de **Direitos** Autorais brasileira (9.610/98), que garante aos criadores e demais artistas a remuneração pelo uso de suas músicas por terceiros.

Mas a plataforma de venda de ingressos Bilheto acaba de propor uma solução inédita para que produtores de eventos não precisem mais pagar.

Mas o que é o ECAD?

ECAD é a sigla para Escritório Central de Arração e Distribuição. Administrado por sete associações de música, o órgão existe para executar o processo de pagamento e distribuição dos **direitos** autorais a artistas e compositores - pagamento que é obrigatório.

Sempre que uma música é executada publicamente - ainda que seja pelo próprio artista que a compôs e/ou gravou -, o ECAD é responsável por identificar os autores da obra, arrumar os valores devidos pelo executor e distribuí-los de acordo com os registros de titularidade.

A partir de agora, os produtores que realizarem as vendas de ingressos dos seus eventos pelo sistema da plataforma Bilheto não precisarão mais se preocupar com a arração do ECAD. A própria plataforma, por meio do compartilhamento prévio das informações de estimativa de público com o órgão, irá realizar o pagamento antecipado da taxa, absorvendo o custo que, anteriormente, seria do produtor. A comodidade está disponível por meio de um plano personalizado.

Esta é mais uma inovação da plataforma de venda de ingressos Bilheto, que já é pioneira em serviços personalizados para produtores de eventos. A empresa também disponibiliza, sem custo, verba para marketing dos eventos com vendas pela sua tiqueteira.

Café na Prensa: Café do cerrado mineiro tenta fortalecer marca com jovens agricultores focados em qualidade

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Cerrado Mineiro

Cinco décadas após o início da cafeicultura no cerrado mineiro, novas gerações de agricultores tentam romper com práticas agrícolas tradicionais de olho no mercado de cafés especiais -que cresce em ritmo muito mais acelerado do que o tradicional- e na consequente valorização do produto.

Até poucos anos atrás, a cafeicultura era quase inteiramente voltada para o chamado café commodity -aquele de qualidade inferior. Recentemente, filhos de fazendeiros tradicionais da região começaram a atentar para o crescimento veloz do segmento gourmet e começaram a testar manejos com foco na qualidade.

Cafeicultura no cerrado de MG aposta na gourmetização e já coleciona prêmios

-

Com isso, viram os cafés conquistarem prêmios e, consequentemente, atraírem maior visibilidade de compradores internacionais, o que faz com que consigam comercializar os produtos por valores muito acima da média.

abpi.empauta.com

É o caso de Gabriel Nunes, 34. Formado em agronomia pela Universidade Federal de Viçosa, ele é um dos responsáveis pelo salto de qualidade da fazenda da família, cujo foco é o mercado externo. Cerca de 80% da produção da fazenda é exportada e tem como destino principalmente países da Europa e Estados Unidos, Rússia, Austrália, Japão e Coreia do Sul.

Muitos dos lotes são vendidos diretamente para torrefações conceituadas de vários lugares do mundo. A renomada cafeteria Proud Mary, com unidades nos Estados Unidos e na Austrália, é uma delas. Especializada em cafés raros e premiados, a empresa inclusive visita a fazenda de Nunes para conhecer in loco os cafés que estão sendo cultivados.

Em 2017, a Nunes Coffee venceu a edição brasileira do Cup of Excellence, concurso de qualidade mais importante do setor, considerado o 'Oscar' dos cafés. Foi a primeira grande conquista da região. Desde então, a cafeicultura do cerrado conquistou outros prêmios e ganhou visibilidade no segmento gourmet.

A mudança de perfil não é algo acidental, mas um projeto coordenado. De olho na expansão da gourmetização, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro investe em um plano de valorização do terroir por meio de campanhas que envolvem até um selo de **denominação** de origem.

A região foi a primeira área produtora de café do Brasil cujo grão é reconhecido como uma **indicação** geográfica (IG).

As IGs consistem em um selo -que no Brasil é conferido pelo **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)- que reconhece uma região célebre pela produção de determinado produto.

Continuação: Café na Prensa: Café do cerrado mineiro tenta fortalecer marca com jovens agricultores focados em qualidade

Ela pode ser uma indicação de procedência (IP), que apenas delimita a região que tenha se tornado conhecida como centro de produção, ou **denominação** de origem (DO), que designa um produto cujas qualidades se devam ao meio geográfico.

CERRADO MINEIRO EM NÚMEROS

234 mil hectares

6 milhões de sacas produzidas anualmente

55 municípios

4.500 produtores

12,7% da produção brasileira

25,4% da produção de Minas Gerais

Dados: Federação dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro

Essa última, de obtenção mais difícil, é o que ocorre na Europa com o espumante da região de Champagne, na França, ou os queijos parmigiano reggiano, na Itália.

Desde 2013, o café do cerrado mineiro é protegido por um selo de **denominação** de origem.

Em julho, os cafeicultores da região lançaram uma campanha contra fraudes na declaração da origem. Is-

to porque há casos em que empresas informam na embalagem que o café é do cerrado mineiro, quando na verdade vende um blend com grãos de outras origens.

Segundo Juliano Tarabal, diretor executivo da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, o selo, ao certificar que o produto veio daquela região, não apenas garante a qualidade -ou seja, que o café terá os atributos sensoriais típicos daquele terroir- como também protege o produtor, a cultura e as tradições locais.

A área contemplada pela **denominação** de origem engloba cerca de 4.500 produtores de 55 municípios, como Patrocínio, Araxá, Patos de Minas, Monte Carmelo, Campos Altos, Coromandel e Uberlândia, entre outros.

O jornalista viajou a convite da Federação dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro.

Acompanhe o Café na Prensa no Instagram @davidmclucena e no X (ex-Twitter) @davidlucena

Qual assunto você gostaria de ver aqui no blog? Envie sugestões para david.lucena@folhapress.com.br

LINK PRESENTE: Gostou deste texto? Assinante pode liberar sete acessos gratuitos de qualquer link por dia. Basta clicar no F azul abaixo.

Genro de Silvio Santos é condenado por uso indevido de músicas de Beth Carvalho

Da Redação | 21/08/2024 - 9:57 Para compartilhar:

Fábio Faria foi condenado a pagar R\$ 20 mil a Luana Carvalho, filha de Beth Carvalho, (1946-2019), por uso indevido das músicas da sambista.

A Justiça do Rio de Janeiro entendeu que o ex-ministro das Comunicações e genro de Silvio Santos (1930-2024), usou, sem autorização, canções da artista em campanhas da própria gestão ministerial e de apoio à reeleição de Jair Bolsonaro.

"Apesar de não ter havido menção direta a número partidário, ou pedido de votos no referido audiovisual, é de notório conhecimento que durante período eleitoral os candidatos e seus colaboradores utilizam-se de imagens em eventos comemorativos para se autopromover", disse Andréa Pachá, desembargadora, ao Uol.

Luana argumentou que as interpretações da mãe foram utilizadas em publicações que tinham o objetivo de beneficiar o ex-presidente da República, que defendia ideais que não coincidiam com os da cantora.

"Fundamental que se observe que a intérprete e can-

tora Beth Carvalho, quando em vida, utilizando-se de sua imagem pública, sempre se colocou como apoiadora e defensora de ideais e valores de cunho ideológico contrários àqueles promovidos e propostos pelo então ministro e candidato da situação", completou a desembargadora.

A Justiça então afirmou que houve violação de **direito** autoral, sem autorização prévia da responsável pelo legado da cantora.

TJ também negou o argumento da defesa do marido de Patricia Abravanel de que o "pequeno trecho do fonograma" estaria enquadrada na teoria do "fair use" - condições segundo as quais o material poderia ser usado sem autorização.

Ex-ministro do governo Bolsonaro é filho do ex-governador do Rio Grande do Norte Robinson Faria e é casado com Patrícia Abravanel, filha do empresário e apresentador Silvio Santos (1930-2024).

Luana Carvalho comemorou a decisão e a classificou como uma "vitória da integridade", afirmando que o trabalho de um artista não pode ser distorcido em prol daquilo que não acredita.

Natureza jurídica do uso do Tio Patinhas: cessão de direito autoral ou cessão de marca?



Quem não conhece o Tio Patinhas? Originalmente "Scrooge McDuck", é considerado o pato mais rico do mundo. E o mais

Direto do Carf Natureza jurídica do uso do Tio Patinhas: cessão de **direito** autoral ou cessão de marca?

é advogada sócia do escritório Rivitti e Dias Advogados doutora e mestre em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da USP (com período na Sciences Po/Paris) especialista pelo Ibet graduada pela Faculdade de Direito da USP árbitra no CBMA professora do mestrado profissional do IBDT professora de Direito Tributário em cursos de pós-graduação e extensão universitária e ex-conselheira titular do Carf na 1ª e da 3ª Seção de Julgamento.

Quem não conhece o Tio Patinhas? Originalmente "Scrooge McDuck", é considerado o pato mais rico do mundo. E o mais "pão-duro", mantendo grande parte de sua riqueza em uma enorme caixa-forte na cidade de Patópolis.

A imagem do Tio Patinhas, assim como de outros personagens de desenhos animados da Walt Disney Company, não raramente são utilizadas para fomentar vendas de roupas ou vestimentas.

Mais precisamente, determinadas indústrias têxteis costumam estampar esses clássicos personagens dos conhecidos desenhos na produção de seus vestuários. E como não poderia deixar de ser, o uso dessas imagens não é livre e gratuito, mas sim regulado e oneroso.

Para utilização das imagens, as indústrias brasileiras valem-se de contratos de licenciamento na forma de cessão de **direito** autoral, regidos pela Lei nº 9.610/98, os quais são celebrados com as pessoas jurídicas titulares do direito de uso dos personagens, as licenciadoras, que normalmente estão domiciliadas no exterior.

Na prática, tais empresas licenciadoras, embora já detentoras dos direitos inerentes aos autores das obras cujo uso é cedido, também acabam registrando os personagens no Instituto Nacional de **Propriedade** Intelectual (**INPI**) como "marcas", na forma prevista na Lei nº 9.279/96.

Spacca

A dúvida que se coloca, portanto, é a seguinte: qual a natureza dos royalties pagos pelo uso da imagem do Tio Patinhas pelas indústrias têxteis? De cessão de **direitos** autorais ou de uso de marca?

Contornos do litígio levado ao Carf

Os litígios levados ao Carf têm como ponto nevrálgico justamente essa dúvida, sendo que os contribuintes defendem que o Tio Patinhas é **direito** autoral, enquanto o Fisco entende que deve ser remunerado como uso de marca.

Continuação: Natureza jurídica do uso do Tio Patinhas: cessão de direito autoral ou cessão de marca?

Essa discussão - cujos detalhes da legislação que conceitua as figuras em questão já foram muitíssimo bem explorados nessa coluna anteriormente [1] - possui reflexos tributários relevantes, uma vez que a dedutibilidade de pagamentos a título de remuneração de **direitos** autorais está sujeito "apenas" ao cumprimento dos requisitos de necessidade e normalidade previstos no artigo 311 do RIR/18, ao passo que dispêndios com royalties pelo "uso de marca", para serem deduzidos do Lucro Real, estão sujeitos ao registro dos respectivos contratos no **INPI** e Banco Central (Bacen).

Nesse contexto, e considerando que o citado requisito quanto ao registro dos contratos no **INPI** e Bacen nem sempre é atendido pelas partes, a Receita Federal do Brasil já formulou autos de infração fundados na glosa de dedução das despesas correspondentes, justamente por entender que o registro do Tio Patinhas (e demais personagens, afinal o rico pato tem muitos amigos, bem como concorrentes nos cartoons) como marca determina a relação jurídica como cessão pelo uso de marca, e não cessão de **direito** autoral.

Os registros no **INPI** e no Bacen fazem diferença?

E nesse ponto percebe-se que a segunda questão nodal que é enfrentada pela jurisprudência administrativa é se o fato de uma imagem ter sido registrada junto ao **INPI** e/ou Bacen faz com que, inevitavelmente, esse registro dite o destino da tributação do direito, independentemente do contrato firmado entre as partes para o seu uso.

No Acórdão nº 1201-001.248, por exemplo, reconheceu-se a natureza contratual de cessão de **direitos** autorais. O voto vencedor destaca que a operação "efetivamente se realizou sob o manto dos **direitos** autorais", não sendo possível "imaginar que o escopo e a razão de ser de tais acordos tenha qualquer vinculação com o conceito de marca, até porque os produtos resultantes em nada reverberam a imagem, nome ou negócio dos titulares no exterior, mas

apenas a de criações artísticas (personagens) a eles pertencentes".

Nesse mesmo sentido caminhou o Acórdão nº 1402-002.741, o qual, sob a premissa de que "os artigos têxteis produzidos, estampados com imagens de personagens, trazem, em sua essência, traços próprios de seus mais variados autores, formas, cores e intelectualidade própria de cada desenhista, protegidas pelo **direito** autoral, não se confundindo com uma marca", concluiu "que as despesas com royalties, pagas em razão dos contratos de licenciamento de **direito** autoral, são dedutíveis".

Já no Acórdão nº 1302-003.001 - caso que julgou autuação emitida contra o mesmo contribuinte do processo julgado por meio do Acórdão nº 1402-002.741, referido acima -, saiu vitoriosa a tese fazendária de que "o aproveitamento comercial das ideias contidas em obras artísticas não é objeto de proteção a título de **direito** autoral, mormente quando se trata de figuras de personagens já registrados como marca no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial INPI. Os valores pagos a esse título ao licenciador substanciam royalties pela exploração de marcas comerciais, e sua dedutibilidade sujeita-se às condições estatuídas na legislação".

Solução da controvérsia pela CSRF

Considerando essa divergência jurisprudencial, a 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) foi instada a se manifestar sobre a matéria, o que ocorreu por intermédio do Acórdão nº 9101-006.889, precedente no qual, por unanimidade de votos, restou decidido que "o valor pago pela utilização comercial de desenhos artísticos de personagens, em conformidade com os contratos de licenciamento de **direitos** autorais que foram firmados, constitui despesa operacional (dedutível, portanto) independente de registro no **INPI**. O fato das licenciadoras registrarem tais desenhos como marca não desnatura a relação firmada entre as partes, que se deu, à luz da legislação de regência, sob a

Continuação: Natureza jurídica do uso do Tio Patinhas: cessão de direito autoral ou cessão de marca?

tutela da proteção de **direitos** autorais".

O racional do voto condutor do acórdão citado parte da premissa de que os vestuários são produzidos pela contribuinte utilizando imagens de personagens que possuem características únicas, criadas por seus respectivos autores, os quais são contratados e protegidos pelos **direitos** autorais, independentemente de haver ou não registro como marca. Por isso é que, diferentemente do que foi sugerido na decisão contestada perante a CSRF, não se trata de uma exploração comercial das ideias contidas nas obras, o que comprometeria a proteção dos **direitos** autorais conforme o artigo 8º da Lei nº 9.610/98. O que ocorre, na verdade, é a cessão do uso do próprio desenho artístico, protegido pela lei de direitos autorais, o qual é transferido às licenciadoras, que, por sua vez, autorizaram contratualmente a sua reprodução nas roupas produzidas em troca de uma remuneração.

Segue o acórdão no sentido de que o simples registro de uma marca no **INPI** não invalida a qualificação do uso autorizado dos personagens como uma cessão de direitos autorais, os quais podem ser legalmente transferidos pelo autor. Em outras palavras, o fato de as licenciadoras registrarem os personagens como marca não os transforma automaticamente nisso, especialmente em uma relação na qual o titular dos direitos autorais registrados como tal autorizou o uso da obra em questão, um personagem de desenho animado específico, para ser estampado em produtos têxteis comercializados sob outra marca (aquela da empresa autuada).

No caso analisado pela CSRF, registre-se, as partes demonstraram que se trata de uma remuneração legítima pela cessão de um direito expressamente previsto na Lei de Direitos Autorais.

Decidiu-se, então, no Acórdão nº 9101-006.889, que esses desenhos infantis não caracterizam marcas na relação jurídica analisada. Ao contrário. Entendeu a CSRF que eles representam, isto sim, verdadeiros di-

reitos autorais que constituem parte do custo de produção, com o objetivo de impulsionar a venda dos produtos têxteis comercializados pela contribuinte sob sua própria marca. Assim, o registro da marca, no caso concreto, tem a função precípua de proteger os licenciadores contra o uso indevido do desenho, obra ou ideia por terceiros não autorizados.

Como se vê, prevaleceu na CSRF o entendimento de que, considerando que o sistema jurídico qualifica os desenhos dos personagens como obra intelectual protegida pelos direitos autorais, podendo esses serem cedidos para empresas licenciadoras, não caberia ao Fisco desqualificar a natureza do contrato. Daí o afastamento da glosa ante a operacionalidade das despesas incorridas com os pagamentos pela cessão dos direitos autorais em questão.

Então, ainda que o Tio Patinhas tenha sido registrado como marca - registro esse que, na verdade, é feito pela licenciadora para proteger seus direitos em face do uso não autorizado por terceiros - , a natureza remuneratória estabelecida no contrato de cessão de direito autoral não resta prejudicada. Por conseguinte, fica garantida a dedutibilidade dos gastos relacionados aos pagamentos como contraprestação pelo uso do direito autoral na apuração do lucro real, mediante simplesmente o cumprimento do requisito de necessidade e normalidade da referida despesa (artigo 311 do RIR/18). Patópolis está segura sobre sua natureza jurídica e tratamento tributário agora.

[1] <https://www.conjur.com.br/2023-mar-15/direito-carf-l-imitacao-dedutibilidade-royalties-direitos-autorais/>

Luis Henrique ToselliThais De Laurentiis

Primeira Indicação Geográfica para território de comunidades quilombolas é concedida



Por Redação

Mais de 30 comunidades quilombolas da região Sapê do Norte (ES) terão a partir de agora um selo de Indicação de Procedência dos beijus produzidos na localidade. Isto porque o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) concedeu, nesta terça-feira (20), o reconhecimento de **Indicação Geográfica (IG)** para a iguaria produzida nos municípios que compõem a região, como São Mateus e Conceição da Barra. Com a decisão, o país passa a ter agora 128 registros formalizados - 90 Indicações de Procedência (todas nacionais) e 38 **Denominações de Origem** (28 nacionais e 10 estrangeiras).

Os beijus, que são um alimento de origem ancestral produzido em comunidades quilombolas, são feitos a partir da goma e da massa de mandioca e remontam a uma tradição passada de geração em geração. A atividade se tornou uma fonte de renda para as comunidades, além de ser um símbolo de resistência e reafirmação da identidade. De acordo com os registros, o beiju é fabricado no Sapê do Norte desde o século XIX, ainda no período escravista, quando comunidades quilombolas se estabeleceram na região dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, no Espírito Santo.

É um momento histórico para as comunidades quilombolas. Esse reconhecimento representa uma valorização para os povos tradicionais que ali vivem e

produzem. Por outro lado, o registro da **Indicação Geográfica** possibilitará o fortalecimento da produção e comercialização local com um processo de desenvolvimento local impulsionado pelo diferencial da iguaria. Hulda Giesbrecht, analista de Inovação do Sebrae

Foto: divulgação

Todas as etapas do processo produtivo do beiju são realizadas pelas comunidades quilombolas - desde a preparação do terreno para o plantio da mandioca até a finalização do alimento, que pode ser enriquecido com outros produtos, como coco e amendoim. Após doze meses de cultivo do tubérculo, o produto é direcionado à casa de farinha, ou quitungo (como o espaço é chamado) para ser descascado e ralado.

-

Na sequência, é feita a extração da massa da mandioca, o descanso para a eliminação de toxinas e a manipulação da goma e polvilho, até, finalmente, chegar ao processo de preparo do beiju. Por fim, o produto é direcionado para a chapa com o recheio de preferência, depois fechado e cortado. Além de vender os produtos nos comércios locais e feiras, os empreendedores da região realizam anualmente o Festival do Beiju, desde 2003.

A presidente da Associação das Produtoras Quilombolas de Beiju do Sapê do Norte, Domingas Verônica Florentino dos Santos, vislumbra um maior acesso a mercados e o reconhecimento do produto, mais visibilidade além de gerar emprego e renda para as famílias quilombolas da região.

Essa **indicação** geográfica representa muito para nós, pois há anos estamos lutando por um reconhecimento digno e humanitário para nossa cultura e tradição. Esse reconhecimento é um marco

Continuação: Primeira Indicação Geográfica para território de comunidades quilombolas é concedida

histórico para nosso povo, pois a partir dele teremos condições de adquirir políticas públicas e igualitárias, uma vez que nossa produção seja valorizada e reconhecida. Domingas Verônica Florentino dos Santos, presidente da Associação das Produtoras Quilombolas de Beiju do Sapê do Norte

Domingas ressalta ainda a contribuição do Sebrae no processo de reconhecimento. "Foi fundamental, pois fez esse sonho sair do papel e esteve nos auxiliando desde a apresentação do projeto até a conquista do reconhecimento. Eles acreditaram que a associação iria conseguir adquirir essa vitória", disse. "A **indicação** geográfica abriu um leque de oportunidades para nós", completou.

Indicações Geográficas

As **Indicações** Geográficas (IG) são ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Elas possuem duas funções principais: agregar valor ao produto e proteger a região produtora.

O sistema de **Indicações** Geográficas promove os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intransferível. Essa herança abrange vários aspectos relevantes: área de produção definida, tipicidade, autenticidade com que os produtos são desenvolvidos e a disciplina quanto ao método de produção, garantindo um padrão de qualidade. Tudo isso confere uma notoriedade exclusiva aos produtores da área delimitada.

MIGALHAS nº 5.919

AMANHECIDAS



Quarta-Feira, 21 de agosto de 2024 - Migalhas nº 5.919.

Fechamento às 08h28.

"O ministério é um complexo de indivíduos diversos; por consequência, de diversas inteligências, de diversas vontades; para se chegar a um acordo são precisas muitas vezes concessões recíprocas."

Joaquim Nabuco

Emendas parlamentares

Reunião entre os Poderes resultou na decisão de manter as emendas parlamentares com a condição de que sejam seguidos critérios de transparência e rastreabilidade. A decisão inclui a obrigação de especificar o objeto do gasto e de prestar contas ao TCU. ()

Desoneração da folha

Plenário do Senado aprovou substitutivo ao projeto que trata do regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. ()

Sob nova (e auspiciosa) direção

Nesta quinta acontece a sessão solene de posse do ministro Herman Benjamin como novo presidente do STJ, e do ministro Luis Felipe Salomão como vice-presidente da Corte. ()

Partida

abpi.empauta.com

O ministro Luis Felipe Salomão se despediu do CNJ após um biênio como corregedor nacional de Justiça. Veja o discurso de despedida e o balanço da gestão. ()

Chegada

Ministro Mauro Campbell toma posse como novo corregedor nacional de Justiça no próximo dia 3 de setembro.

Resultados da reforma

Em entrevista ao Migalhas, o presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, criticou a reforma trabalhista de 2017, afirmando que ela não alcançou os resultados prometidos. O ministro destacou que a reforma enfraqueceu a representação sindical e impôs dificuldades para os trabalhadores, especialmente com a transferência de encargos de sucumbência para aqueles que têm direito à Justiça gratuita. ()

Stalking processual

Comissão da Câmara aprovou projeto que propõe a inclusão do crime de "stalking processual" no CPC. ()

Dados dos tribunais

CNJ definirá regras para racionalizar acesso público a dados da Justiça. Mudança visa garantir maior transparência e controle no acesso a informações. ()

Prática ilegal da advocacia

Justiça Federal determinou que empresa cesse suas atividades jurídicas no Brasil por prática ilegal da advocacia e captação indevida de clientes. ()

!!!

Por injúria racial, juiz condenou servidor público a

dois anos e oito meses de reclusão após comparar o cabelo de uma advogada a uma vassoura piaçava. ()

Protocolo para julgamentos - I

OAB aprovou a criação de protocolo para julgamento de processo ético-disciplinar com perspectiva de gênero e raça. ()

Protocolo para julgamentos - II

Justiça do Trabalho lançou protocolos visando orientar julgamentos mais inclusivos e antidiscriminatórios. Os documentos abrangem temas como diversidade, inclusão, combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil. ()

Ouvir dizer

Ministro Ribeiro Dantas, do STJ, anulou pronúncia de acusado de homicídio por entender que a decisão foi fundamentada exclusivamente em depoimentos indiretos, conhecidos como "ouvir dizer". O ministro destacou que, para a pronúncia, não são suficientes elementos obtidos no inquérito policial sem confirmação em juízo, conforme jurisprudência do STJ. ()

Concurso

A 2ª turma do STF manteve posse de candidato aprovado em concurso público da PM/CE quando ele tinha 19 anos. Colegiado considerou que a exigência de idade mínima de 21 anos prevista em edital não tinha fundamento legal. ()

Piso salarial

Comissão da Câmara aprovou projeto de lei que estabelece o piso salarial de R\$ 4,6 mil para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, com jornada de 30 horas semanais. A proposta segue para a CCJ. ()

Shiloh sem Pitt

Justiça da Califórnia autorizou Shiloh Jolie, filha de Angelina Jolie e Brad Pitt, a remover o sobrenome Pitt, após ela alegar "eventos dolorosos" em sua relação com o pai. ()

Tribunal do Júri

A 6ª turma do STJ decidiu manter Júri de homem acusado de tentativa de homicídio qualificado por vingança. A defesa argumentou nulidade no processo devido à ordem dos interrogatórios, mas o colegiado entendeu que não houve prejuízo à defesa. ()

Legitimidade

A 3ª turma do STJ iniciou o julgamento de recurso do MP/BA contra decisão que declarou sua ilegitimidade em ação sobre defeitos em veículos Suzuki. O caso foi suspenso por pedido de vista. ()

Candidatura em risco

MPE/SP pediu à Justiça Eleitoral a suspensão da candidatura de Pablo Marçal à prefeitura, alegando abuso de poder econômico, e solicitou a quebra dos sigilos fiscal e bancário de suas empresas. ()

Caça ao candidato

Os jornais de hoje estão em uma verdadeira caçada ao candidato Pablo Marçal, divulgando detalhes de um processo criminal no qual ele é acusado. Tudo indica que essa ação visa destruir a candidatura do antecandidato. O tempo dirá se essa estratégia será eficaz. Afinal, atacar candidaturas que desafiam o status quo pode acabar se voltando contra o próprio sistema.

Trabalhador remoto

Analista de segurança da informação que trabalha em home office pode propor ação na cidade em que

mora, e não na cidade da empresa, em outro Estado. Assim decidiu o TST. ()

Aliança perdida

DF vai indenizar em R\$ 7,8 mil, por danos morais e materiais, esposa de paciente pelo extravio de aliança de casamento após seu falecimento em hospital. ()

Guarda unilateral

TJ/SP manteve a guarda unilateral dos filhos com o pai e visitas assistidas para a mãe, sem pernoite. O genitor alegou que a mãe apresentava problemas psicológicos que poderiam comprometer o bem-estar das crianças. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Direito Legislativo com Murillo de Aragão

Murillo de Aragão fala da criação da SecexConsenso - Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos pelo TCU no início de 2023, com o objetivo de promover procedimentos de solução consensual de controvérsias relevantes e prevenir conflitos envolvendo órgãos e entidades da Administração Pública Federal. ()

Meio de campo

Advogado Rodrigo R. Monteiro de Castro mostra a falta de políticas públicas eficazes no Brasil para desenvolver o mercado do futebol. ()

Migalhas de peso

- "Operação Loki: Contribuintes vêm sendo notificados para recolhimento do ITCMD", por Lucas Franzin Marques (Braga & Garbelotti - Consultores

e Advogados). ()

- "Transtorno de ansiedade dá direito a auxílio-doença?", por André Beschizza (André Beschizza Advogados). ()

- "IN RFB 2.210/24: Autorregularização de débitos do Perse", por Sérgio Grama Lima e Bruno Romano (Leite, Tosto e Barros - Advogados Associados). ()

- "A possibilidade de arguição da impenhorabilidade da pequena propriedade rural pelo possuidor do imóvel", por Thágatty Carneiro (João Domingos Advogados). ()

- "Vícios de representação e procuração prévia: A urgência da afetação do tema como recurso repetitivo para a Corte Especial", por Guilherme Veiga Chaves (Gamborgi, Bruno e Camisão Associados Advocacia). ()

- "Processo administrativo disciplinar: Tudo o que você precisa saber", por Juliane Vieira de Souza (VIA ADVOCACIA - Concursos e Servidores). ()

- "A importância da lealdade processual no sistema jurídico", por Edgard Hermelino Leite Junior (Edgard Leite Advogados Associados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Direito Societário

Leandro Corrêa é o novo sócio das áreas de Direito Societário e M&A do escritório Cescon Barriou Advogados. ()

Comemoração

Edgard Leite Advogados Associados completou, dia 19/8, 58 anos de atuação. Esse marco significativo foi possível graças à dedicação, lealdade,

competência e incansável trabalho da equipe composta por advogados, estagiários e colaboradores (). A todos da banca, nosso abraço migalheiro!

Nova sede

Diogo Pimenta Advocacia ampliou sua equipe e está prestes a inaugurar nova sede em Nova Lima/MG. ()

Baú migalheiro

Há 113 anos, em 21 de agosto de 1911, entrou em vigor a terceira Constituição portuguesa, a primeira sob o regime republicano. Esta constituição foi elaborada após a Revolução de 1910, que pôs fim à monarquia em Portugal e deu início à Primeira República. O texto constitucional de 1911 estabeleceu importantes reformas políticas, incluindo a separação entre Igreja e Estado, a instituição de um regime democrático parlamentarista e a ampliação dos direitos individuais. A Constituição de 1911 marcou uma nova era na história do país, sendo um reflexo das mudanças ideológicas e sociais da época. (Compartilhe)

Sorteio da obra

A obra "Manual de Direito da Saúde Suplementar" (Verbo Jurídico 524p.), escrita por Elton Fernandes (Elton Fernandes Advocacia Especializada em Saúde) e doada por ele aos nossos leitores, trata de complexidades e desafios em relação aos planos de saúde, abordando coberturas obrigatórias, exclusões possíveis, normas da ANS e recentes alterações legislativas. Participe do sorteio! ()

Novidade

BMA Advogados divulgou edição especial da "B-MA Review": "#DiadoEstagiário2024". ()

Migalhíssimas

Hoje, professor Gilberto Garcia, presidente da Co-

missão de Direito e Liberdade Religiosa do IAB, participa do programa "Debate Cidadania", sob o tema "Agenda 2030 da ONU, você sabe o que está sendo planejado?", na Rádio Melodia, 97.5-FM/RJ. Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e vice-presidente OAB/RJ) profere, amanhã, às 9h, no Plenário Evandro Lins e Silva, a palestra de abertura do seminário "18 anos da Lei Maria da Penha, uma homenagem à Maria da Penha". O evento é promovido pela diretoria de apoio à advocacia, pela comissão OAB Mulher e pela comissão de Estudos sobre a Discriminação Interseccional da OAB/RJ. () Amanhã, às 14h, acontece o evento "Balanço dos 4 Anos de Vigência do Novo Marco Legal do Saneamento", promovido pela comissão de Direito Administrativo e de Saneamento do IASP e Associação Brasileira de Direito Administrativo e Econômico. Sócio do escritório SABZ Advogados, Kleber Luiz Zanchim, que preside a comissão de Saneamento, está entre os palestrantes do painel "Principais avanços após a edição da lei 14.026/20". Na ocasião, às 18h30, será realizada a "Diplomação de Associado Emérito" a Sérgio Ferraz. () Lívia Barboza Maia, sócia do escritório Denis Borges Barbosa Advogados, apresenta palestra amanhã sobre o tema de seu livro recém-lançado "**Violação** de Patente por Contribuição" no evento organizado pelo IASC "Debatendo a **Propriedade** Intelectual". O evento inicia às 19h e será presencial na UNISUL - Unidade Florianópolis. () Mário Luiz Delgado, sócio fundador do escritório MLD - Mário Luiz Delgado Sociedade de Advogados e integrante da comissão Especial do Senado para Reforma do Código Civil, participa do "Congresso Alagoano de Direito das Famílias e Sucessões do IBDFAM/AL". O evento acontece amanhã e sexta-feira, no Teatro do Sesi Arapiraca. () Jeniffer Pires, sócia do escritório Kincaid | Mendes Vianna Advogados Associados e presidente da comissão de Direito Aduaneiro da OAB/RJ, é uma das idealizadoras e palestrantes do "Encontro Aduaneiro: uma perspectiva de inclusão de gênero", que acontece dia 23/8, às 9h, na sede da OAB/RJ. A advogada estará no painel de abertura sobre o papel da mulher na área aduaneira. () Dia 23/8, às 18h30, no

Museu do Futebol, em SP, acontece o lançamento da campanha de combate à violência contra a mulher em dias de jogos e do selo "Boas Práticas no Combate à Violência contra a Mulher". O evento é realizado pela ABNT, Instituto Nós Por Elas, que tem como presidente Natalie de Castro Alves (Malta Advogados), e IBRACON. () O IGDC - Instituto Goiano de Direito Constitucional realizará o "Congresso Internacional de Direito Constitucional", em Goiânia, dias 26 e 27/8. Será homenageado especial o professor Roberto Rosas (Rosas Advogados), um dos fundadores do IGDC. Cláudia Seixas Sociedade de Advogados está apoiando o "Innocence Project Brasil", uma associação sem fins lucrativos que visa o enfrentamento de condenações de inocentes no país. ()

Congresso

IASP promove até sexta-feira, o "Congresso de Insolvência e Recuperação de Empresas". ()

Mercado Digital

Núcleo de Pesquisa em Concorrência, Política Pública, Inovação e Tecnologia da FGV Direito SP promove amanhã, das 9 às 11h30, o evento "Regulation of Digital Markets: The Importation of Concepts and the American Experience". ()

Direito

As inscrições estão abertas para o curso de pós-graduação em "Direito do Trabalho", promovido pela PUC-SP. As aulas iniciam em 24/8. ()

Premiação

FGV Direito Rio está com inscrições abertas, até 31/8, para o "Prêmio FGV Direito Rio - Melhores Práticas em Regulação". A iniciativa premia ações inovadoras em matérias como transparência, governança, participação, gestão e proteção aos direitos dos consumidores ou usuários. ()

Método MAC

BM Finance Group oferece capacitação eficaz e personalizada para escritórios de advocacia com encontros virtuais. As inscrições estão abertas para o curso "Método MAC no Seu Escritório". ()

Mercado Jurídico

Grupo Inrise tem como missão ajudar escritórios com a contratação dos melhores profissionais da atualidade em sua operação. Confira os últimos talentos selecionados pela Inrise Recrutamento Jurídico para integrar as mais renomadas bancas. ()

Viva!

A obra "Direito Penal em Ação" (Editora D'Plácido 800p.), escrita por Miguel Reale Jr (Miguel Reale Júnior Sociedade de Advogados), vai para André Massignan Berejuk, de Curitiba/PR. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

GO/Santa Rita do Araguaia

MG/Barroso

PR/Juranda

SP/Colina

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Medical Official, a Lawyer And A Blurred Ethical Line"

The Washington Post - EUA

"In Chicago, Obamas electrify DNC"

Le Monde - França

"Internes, urgences: les hôpitaux sous tension"

Corriere della Sera - Itália

"Harris, la spinta di Obama"

Le Figaro - França

"Face au blocage politique, le grand désarroi des députés"

Clarín - Argentina

"Villarruel no avala a Lijo para la Corte, en otro choque con Milei"

El País - Espanha

"El turismo apunta a otro récord pese a las protestas por la masificación"

Público - Portugal

"Em seis dias, um só fogo já destruiu 14% da área florestal da Madeira"

Die Welt - Alemanha

"Migranten nutzen neue Balkanroute"

The Guardian - Inglaterra

"Reeves plans tax rise amid alarm over 'black hole'"

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Acordo entre Poderes mantém emendas, mas com novos critérios"

Folha de São Paulo - São Paulo

"Poderes chegam a acordo, mas emendas continuam suspensas"

O Globo - Rio de Janeiro

"Acordo entre Poderes mantém emendas, mas exige transparência"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Incêndios devastam o verde em Minas"

Correio Braziliense - Brasília

"DF em alerta: são 120 dias sem chuva"

Zero Hora - Porto Alegre

"STF fecha acordo com governo e Congresso para manter emendas, mas cobra ajustes"

Continuação: MIGALHAS nº 5.919

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Poderes definem acordo para manter as 'emendas
Pix'"

Shein acusa Temu de copiar produtos e se passar por ela em anúncios

A Shein comprou a briga e entrou na justiça contra a Temu, varejista chinesa que há pouco chegou ao Brasil. A loja acusa a rival de copiar seus designs e construir todas as suas operações em falsificações e fraudes.

A briga entre as duas marcas perdura desde o ano passado, quando a Temu acusou a Shein de persuadir fornecedores a não trabalhar com a empresa. Posteriormente, a Shein acusou a Temu de divulgar conteúdo falso ou depreciativo em relação ao marketplace para influenciadores. Neste caso, os dois processos foram abandonados em outubro de 2023.

Porém, a briga tomou um novo capítulo nesta segunda-feira (19), quando a Shein processou a Temu por violação de **direitos** autorais nos Estados Unidos. Segundo a loja de blusinhas, a Temu não é um verdadeiro marketplace, mas uma loja que encoraja os vendedores a copiar designs de outras marcas.

"A Temu atrai consumidores dos Estados Unidos para baixar e usar seu aplicativo mobile com a promessa de preços extremamente baixos. Porém, a Temu não está lucrando com a venda desses produtos, e a Temu deve subsidiar cada venda, uma vez que os preços são tão baixos", argumentou a Shein.

Para manter esse sistema, a única saída para a Temu seria "encorajar que seus vendedores copiem propriedade intelectual de outros" e vender produtos de baixa qualidade, pontuou a Shein.

No processo, além da violação de **direitos** autorais, a Shein acusa a Temu de:

Todo o processo é composto por mais de 80 páginas. Nelas, estão dezenas de exemplos de roupas que a Temu teria copiado. Além disso, a queixa também inclui prints de anúncios da Temu com o título da Shein.

Da mesma forma que a Shein acusa a Temu de copiar o design de concorrentes, ela mesma é acusada de fazer a mesma coisa. O site CNBC destaca que, em julho de 2023, a loja foi alvo de processos por violação de **direitos** autorais por três designers independentes.

A Shein negou as acusações e até apresentou as medidas que toma contra vendedores e fornecedores que apresentam produtos copiados.

Segundo um porta-voz da Temu, a "audácia [da Shein] é inacreditável".

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

4, 5, 7, 10, 23

Denominação de Origem

8, 14

Marco regulatório | INPI

8, 11, 14

Propriedade Intelectual

11, 16

Patentes

16